

RUY FABIANO

Ponto de Vista

CORREIO BRAZILIENSE

Saneamento básico

O Congresso Nacional vive momento de grande fragilidade diante da opinião pública. Dificilmente, se posto em confronto com qualquer dos dois outros poderes — Executivo ou Judiciário —, terá a preferência popular, ainda que tenha razão.

Em parte, isso se deve ao fato de o Legislativo ser um poder em permanente exposição, ao contrário dos outros dois; em parte, ao fato de que, digamos assim, atravessa uma fase efetivamente pouco edificante. O certo é que está com a imagem consideravelmente arranhada.

Episódios como a compra de parlamentares para que ingressassem no PSD — um partido desconhecido e sem votos e que ampliou sua bancada em mais de dez vezes, no espaço de uma única semana — agravam ainda mais o quadro, que nos últimos tempos jamais chegou a ser propriamente favorável. Diante da população, hoje, o parlamentar médio é visto como alguém potencialmente nocivo ao bem comum.

Pode-se argumentar que isso ocorre não apenas em nível nacional — basta ver os recentes exemplos do Peru e da Rússia — e que, em parte, isso é inerente ao regime democrático, que gera demandas em abundância, impossíveis de serem atendidas. A frustração popular, segundo esse raciocínio, projeta-se sobre o poder mais exposto e frágil — no caso, o Legislativo —, que acaba pagando o pato sozinho pelos outros dois poderes. É possível, mas não é só.

É certo também que, independente disso, o Legislativo brasileiro, desde o início do processo de redemocratização, em 1984, baixou enormemente o seu padrão (que, convenhamos, jamais chegou a ser nenhuma Brastemp). Quando o deputado Jair Bolsonaro veio a público, há dois meses, pro-

por o fechamento da instituição, alegando que não é séria, obteve mais aprovação que críticas da opinião pública. A Câmara chegou a cogitar de puni-lo, mas, temendo populizarizá-lo, deixou o assunto aparentemente de lado.

Na controvérsia recente com o ministro Marco Aurélio Melo, do STF, em torno do início do processo de revisão constitucional, o Congresso sentiu na carne e na alma o custo político dessa má reputação. Como obter solidariedade pública para si, quando a população ainda não se recobrou do choque das denúncias de que os deputados Nobel e Onaireves Moura — cujos antecedentes não chegam a ser, digamos, lisonjeiros — estavam pagando entre 30 e 50 mil dólares para atrair colegas para o PSD e, com isso, permitir que o partido lance candidatos à Presidência da República?

Não adianta esperar, como tem feito o deputado Amaral Neto (PPR-RJ), e agredir os críticos do Legislativo. A saída, segundo o deputado Paulo Delgado (PT-MG), é uma só: dar uma demonstração categórica de que a instituição não compactua com seus eventuais maus elementos. Delgado quer — e essa é uma tendência que se alastrá — que a Câmara puna imediatamente com a cassação do mandato os deputados-doleiros do PSD e inaugure uma nova era, de rigor comportamental.

Somente assim estará o Congresso em condições de superar as justas desconfianças da sociedade e livrar-se do desconforto moral que o atinge e que quase o impediu de realizar a revisão constitucional.

Prêmio Nobel (De Moura) — Entreouvido nos corredores do Congresso? “Cada país tem o Prêmio Nobel que merece. No caso brasileiro, temos o Nobel de Moura, que vale um magri: 30 mil dólares”.